

Tartufo, ou o Impostor

● Como muitos saberão, entre outras páginas brilhantes, Molière escreveu, em 1664, uma primeira versão da peça teatral *Tartufo*, ou o *Impostor*, onde destrói, com a verve que se imagina, um falso devoto, hipócrita e relapso mestre do artifício. A peça acaba bem, Tartufo (“um homem mau”) não leva a sua avante.

Vem tudo isto a propósito da última investida de Eduardo Cintra Torres (E.C.T.) contra a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), depois de inúmeras outras, ou contra a ERC, ou direccionadas contra o seu presidente (este vosso criado) ou contra a minha colega Estrela Serrano. Desde que esta saga deprimente teve início, vou lendo, semanalmente, diatribes sobre diatribes sem que o facto me incomode por aí além. Pelo contrário, de alguma forma, diverte-me o lado compulsivo, quase maniaco, da perseguição, torcendo factos, inventando, imaginando associações tenebrosas ao poder, imputando à ERC a função de “braço armado” do Governo ou, quando assim não pode ser, saltando para o bloco central, ou, quando mesmo assim também não pode ser, engeminando e depois imputando conspirações e outras aleivosias.

Tenho aliás a certeza que, desde há coisa de dois anos, E.C.T. sonha que eu lhe responda nas páginas do PÚBLICO. Porque, assim, teria conseguido fazer-me ir a jogo, porque ganhariam importância as suas tropelias, sei lá!

Faço-lhe finalmente a vontade.

São duas as razões que, no essencial, me induzem a sair do remanso. A primeira é o artigo de E.C.T., publicado nas páginas deste jornal [na edição de 19 de Julho], que tem como título “A propaganda que a ERC jamais contabilizará”. A segunda, relacionada com a primeira, é a circunstância de E.C.T. ter, desta feita, tentado algo de novo.

Realmente, baseando-se na fonte que mais odeia (o Telejornal da RTP1), do operador que mais

odeia (a RTP) - escrutinar as razões reais deste sentimento é tarefa que reputo bem interessante... -, o crítico de televisão, académico, jornalista, pensador, e etc. e tal, reconstrói pela enésima vez a teoria de uma ERC vergada ao poder político dominante. Nessa peça do Telejornal é afirmado que a ERC modificou os critérios de avaliação do pluralismo político-partidário, indo agora consagrar-se apenas à avaliação do tempo concedido ao Governo e do tempo concedido àqueles que o criticam e a ele se opõem. Brama E.C.T.: cá está a prova de que a ERC vai fazer um arranjinho ao Governo!

Mas a notícia é falsa, e de tal erro foi dado conhecimento ao director de Informação da RTP, por mensagem electrónica, a 3 de Julho de 2008, às 15h30. Mas o director de Informação da RTP entendeu por bem não corrigir a informação dada no Telejornal de 2 de Julho.

E.C.T., sempre dado a lições de independência e ética jornalística (ensina, mas não é praticante), podia ter telefonado aos serviços da ERC, como de vez em quando faz - e nunca deixou de ser dada resposta às suas angústias. Podia até ter solicitado a gravação da audição do conselho regulador na Assembleia da República, para verificar se tudo era consistente (não era, de todo) com a brevíssima peça da RTP sobre o assunto. Ou podia mesmo, no limite, solicitar à RTP a gravação das declarações que prestei àquele operador à saída da referida audição, onde afirmo exactamente o contrário do que depois foi noticiado.

Não o fez, contudo. O nosso Tartufo da comunicação social condenou-se, por isso, a trabalhar com base numa premissa que não era verdadeira, daí resvalando, além disso, para o insulto indecoroso àqueles que, na ERC, trabalham na unidade de monitorização, muitos dos quais conhece e que infinitamente mais sabem do assunto do que

ele jamais soube ou saberá, tanto num plano académico como aplicado.

— Não vou, porém, gastar cera adicional com E.C.T., nem desenvolver o tópicos da indignidade pública de alguém que se serve do espaço de que dispõe para atingir quem, com o seu trabalho, contradita de forma séria e sistemática o saber de pacotilha e os “dados” com que antes conseguia, infelizmente, *épater le bourgeois*.

Pelo que, em termos muito breves, só farei referência às três principais e mais grosseiras falsidades constantes do artigo de E.C.T. a que agora respondo.

Primeira falsidade: “A ERC mudou as regras a meio do jogo.” Mentira crassa. No Parlamento, informei os deputados da 12.ª Comissão que, para além dos actuais critérios, será introduzido um novo indicador que permitirá, mais facilmente, identificar o binómio “a favor” ou “contra” o Governo. E mais tive ocasião de expor criticamente que, ao contrário do que se poderia pensar, a relevância da presença dos sindicatos e das “manifestações de rua” na informação da RTP era, à luz dos dados constantes do Relatório

de Regulação de 2007, pouco impressionante. Em síntese quanto a este ponto, a ERC não eliminou critérios, acrescentou um novo critério à sua avaliação.

Segunda falsidade: “A ERC baseia as análises nos tempos das notícias.” Mentira, e da grossa. Basta consultar as páginas 26, 27, 28 e 29 e as figuras 5, 6 e 7, do Relatório sobre o Pluralismo Político-Partidário na RTP, elaborado pela ERC, para verificar que a duração das peças de cada membro dos partidos ou do Governo, embora identificada, não serve de indicador para aferir o pluralismo, uma vez que, na maioria dos casos, uma peça inclui mais do que um protagonista dos abrangidos na análise. Os indicadores em que a análise se baseia são o número de presenças (peças em cada um desses protagonistas aparece) e o número de referências (quando um protagonista é apenas referido, i.e. citado ou as suas posições resumidas pelo operador).

Terceira falsidade: “A ERC nunca analisou a visualidade das notícias.” Cada tiro, seu melro. Consulte o distraído colunista o Anexo I, página 256 do relatório, onde se encontram

exaustivamente descritos critérios de análise da imagem. Veja, já agora, as págs. 45 e 46, onde poderá ler referências a indicadores de natureza visual e sonora - “planos, sequências de planos, encadeamentos susceptíveis de conduzirem a uma percepção amplificadora favorável ou desfavorável ao protagonista, efeitos audiovisuais”, como elementos a considerar na avaliação.

Folgue o cronista, as regras de avaliação do pluralismo político-partidário no serviço público de televisão estão definidas e não mudaram. E todas as teses que desenvolvem estão, repito, assentes numa mentira.

Para concluir. E.C.T. julgará, porventura, que as suas “originalidades” o alçam à condição de autor das *Farpas* dos tempos modernos. Coitado, não é Ramalho quem quer, é quem pode. E E.C.T. não pode.

Fica por isso confinado, cada vez de forma mais irremediável e cruel, à condição de Tartufo, enredado na malícia e nos seus ódios. De nenhuma estimação.

J. A. Azeredo Lopes,
Presidente do conselho regulador da ERC